PROJETO DE LEI N° 1.210, DE 2000

REDAÇÃO FINAL

**Institui o Programa de
Atenção à Saúde
Reprodutiva da Mulher
Soropositiva e Prevenção
da Transmissão Vertical.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Distrito Federal, o Programa de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical.

Art. 2º O Programa de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical compreenderá os seguintes procedimentos e ações:

I - acesso ao aconselhamento e à testagem de HIV no início do pré-natal para todas as gestantes atendidas na rede pública de saúde;

II - direito ao aconselhamento e ao teste anti-HIV na hora do parto para as gestantes que não tiveram acesso ao exame durante o acompanhamento pré-natal;

III - pré-natal de qualidade, em unidade de referência para atendimento de HIV/AIDS, sob o controle da Coordenação DST/AIDS da Secretaria de Saúde, bem como acesso à medicação prescrita;

IV - atendimento por equipe multiprofissional, constituída de médicos ginecologista, infectologista e pediatra, psicólogo e assistente social;

V - acompanhamento psicossocial, em cada Regional de Saúde, para atendimento da paciente soropositiva e de sua família na gestação, no momento do parto e no pós-parto;

VI - direito à laqueadura, a partir de decisão tomada durante o acompanhamento pré-natal e a avaliação da equipe multiprofissional;

VII - fornecimento de leite artificial para os bebês sorointerrogativos até a completa substituição da alimentação, conforme prescrição pediátrica;

VIII - acompanhamento especializado até os dezoito meses de vida do bebê filho de mãe soropositiva.

Art. 3º As despesas decorrentes da distribuição do leite artificial a que se refere o art. 2º, VII, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Secretaria de Saúde.

Art. 4º Os responsáveis pelo Programa de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical responderão cível e administrativamente pelas omissões no exercício de suas funções.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2000.